

## A ESCOLA NORMAL NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO COMO EXPRESSÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA (1930-1950)

Margarita Victoria Rodríguez  
Regina Tereza Cestari de Oliveira  
Universidade Católica Dom Bosco/UCDB

### 2. História da Profissão Docente e das Instituições Escolares

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o processo de criação e consolidação da Escola Normal no sul do então estado de Mato Grosso - hoje, estado de Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>.

Procura-se compreender o processo histórico de implantação da Escola Normal **no sul do estado**, mediante um resgate da memória institucional e da história local, inserida no contexto nacional, entendendo que as instituições escolares são construídas historicamente e devem ser estudadas no devir das lutas econômicas, políticas e sociais.

Verifica-se que a educação do estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX, seguindo a tendência nacional, foi influenciada pelo ideário liberal (JACOMELLI, 1998). Os princípios liberais permearam as lutas políticas da América Latina, tanto os movimentos pela independência, quanto o posterior processo de formação das Repúblicas latino-americanas, abraçaram esta concepção política e econômica, adotando as bandeiras de liberdade de ensino, gratuidade, obrigatoriedade e laicidade no campo educacional.

O ambiente liberal e reformista circulou por todo o país no decorrer das décadas de 1910 a 1940. As idéias de progresso e modernização foram incorporadas não só ao discurso dos intelectuais e políticos, assim como foram materializadas na maioria das reformas iniciadas nas jurisdições estaduais da República brasileira. O estado de Mato Grosso apesar de estar fora do círculo capitalista de modernização econômica - que implicava um processo de crescente industrialização e urbanização - suas elites dominantes influenciadas pelo clima reinante no país, também procuraram desencadear condições de infra-estrutura (estradas, ferrovias, pontes, entre outros), buscando alavancar o seu desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> O estado de Mato Grosso do Sul situa-se na Região Centro-Oeste e foi criado no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, a partir da divisão do estado de Mato Grosso. A instalação do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul ocorreu em primeiro de janeiro de 1979. Possui 77 municípios distribuídos numa área de 358.158,7 Km e conta com uma população de 2.075.275 habitantes (IBGE, 2000).

Assim, foram ensaiadas mudanças econômicas e políticas e no âmbito da educação implantaram-se as reformas da instrução pública (1891, 1910, 1927, entre outras). O clima de idéias e debates modernizantes conduziu então o processo de organização do Estado burguês repercutindo nos estados federados, que apontaram como motor de mudança e de progresso a implantação de um sistema de ensino público, gratuito, obrigatório e laico, embora em muitos estados, o projeto reformista permaneceu apenas no papel ou em tímidos empreendimentos de criação de umas poucas escolas primárias, orientadas à alfabetização.

Mato Grosso, por sua vez, entre outros estados, recebeu a influência direta da reforma paulista, como mostram recentes pesquisas sobre a educação mato-grossense desse período (ALVES, 2001; JACOMELI, 1998; SIQUEIRA, 2000; ARAUJO, 1997). Com isso, o primeiro regulamento do ensino do estado, do período republicano, foi conhecido ainda no século XIX, mediante o Decreto nº 10, de 7 de novembro de 1891, durante o mandato do presidente Dr. Manoel José Murtinho (1891-1892). Nesse contexto, como consequência das reformas educacionais emergiu a instituição escolar formadora de professores, ou seja, a Escola Normal em Mato Grosso, pela Lei Provincial nº 8, de 5 de maio de 1837

Porém, a primeira Escola Normal Primário da província foi instalada, em 1840, no governo do Presidente Cônego José da Silva Guimarães (1840-1843), sendo dirigida pelo professor Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzadas, que realizou um estágio de especialização na Escola Normal Fluminense, em Niterói, a fim de se preparar para tal tarefa. Mas a escola ficou aberta por um breve período sendo desativada logo no início do governo do Tenente-Coronel Ricardo José Gomes Jardim, em 9 de novembro de 1844.

A sociedade mato-grossense ficou sem uma instituição formadora de professores durante trinta anos, pois somente em 9 de julho de 1874, o Barão de Diamantino sancionou a Lei nº 13, mediante a qual criava um curso normal na cidade de Cuiabá, sendo instalado solenemente no dia 3 de fevereiro de 1875.

No entanto, com a criação do Liceu de Línguas e Ciências, pela Lei nº 536, de 3 de dezembro de 1879, esse curso desapareceu sendo absorvido pela nova instituição, uma vez que o Liceu tinha como finalidade habilitar professores para o magistério primário.

O Ensino Normal foi oferecido nessa instituição por quase uma década, ou seja, até ser fundado o Externato do Sexo Feminino, para formação de mestras, criado com a reforma de 1889, de Antonio Herculano de Souza Bandeira. Porém, extinguiu-se nos albores da República, ou melhor, foi mais uma vez absorvida, sendo anexado ao Curso de

Preparatórios, “após as primeiras arremetidas reformistas dos legisladores republicanos” (MARCÍLIO 1963, p. 196).

A Escola Normal, como se pode observar caracterizou-se por um processo constituído de rupturas e interrupções. Apesar de reiteradas solicitações oriundas dos dirigentes de ensino para que essa escola ficasse como uma unidade independente, durante vários anos, não ocorreram mudanças a respeito dessa instituição formadora.

Assim, no ano de 1910, no governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911) foi implantada uma série de reformas, destacando-se a Escola Normal da capital, regulamentada pelo Decreto 266, de 3 de dezembro de 1910, sendo que sua orientação pedagógica sofreu influências das idéias paulistas trazidas por especialistas contratados pelo estado, como se evidencia na Mensagem do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão em 13 de maio de 1910:

Nenhuma reforma efficaz é possível na instrucção primaria sem a conveniente habilitação das escolas dessa categoria, e sem o mais que se reger para a proficuidade dellas. Está o governo aparelhado para melhorar a parte material da instrucção, proporcionando-lhe todos os recurso necessários, mas faltam-lhe bons professores para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o magistério publico que deve tornar-se attrahente e de real proveito para a sociedade.

Convencido da necessidade urgente que há de cuidarmos do futuro da instrucção popular (...) e convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em São Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal de que havemos mister para a realização desse importante objetivo: esperando que me habilitareis para leval-o a effeito nas condições desejáveis (MATO GROSSO. Mensagem, 1910, p. 7).

Em 1914, no governo de Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915) sua estrutura foi reformulada mantendo-se até o segundo mandato de Pedro Celestino (1922-1926), quando, novamente, introduziu-se uma reforma na escola contando com nova administração de um técnico especializado. A escola passou por um período de expansão e desenvolvimento, formou um número considerável de mestres. Porém, lentamente, o Ensino Normal entrou em decadência e descrédito e, em 1937, no governo de Julio Strubling Muller (1937 - 1945)<sup>2</sup> essa escola acabou sendo desativada.

Esse governo procurou modernizar e remodelar a capital acompanhando o ritmo desenvolvimentista do sul do estado, que apresentava um patamar de mercado desenvolvimento como conseqüência da proximidade e maior comunicação com os centros

---

<sup>2</sup> Durante o Estado Novo (1937-1945), instituído a partir de 10 de Novembro de 1937, os governadores, passaram a ser chamados de Interventores Federais conforme Carta Constitucional da República, de 10 de Novembro, que também extinguiu os Partidos Políticos no Brasil.

mais adiantados do país, devido a sua posição geográfica e a utilização do transporte ferroviário.

O Brasil experimentava um processo de intensas mudanças sociais, acompanhadas do fortalecimento e predomínio de algumas unidades federadas que tinham a hegemonia das decisões econômicas e políticas do país, por meio do controle do aparelho de Estado. Esta situação repercutiu na área educacional.

Com efeito, a década de 1920 esteve marcada pelo confronto de idéias entre correntes divergentes – nacionalismo, socialismo, comunismo, liberalismo, anarquismo –, influenciadas pelos movimentos europeus e pela crise econômica mundial de 1929. Esta crise repercutiu diretamente sobre as forças produtoras rurais que perderam os subsídios estatais que garantiam a produção, rompendo com as tradicionais alianças políticas para a eleição presidencial, culminando com a “Revolução” de 1930, ápice de uma série de movimentos armados.

Essa “Revolução” intensificou o processo de inserção do Brasil no mundo capitalista de produção e pôs fim à Primeira República, sendo considerada por muitos historiadores, o movimento mais importante da história do Brasil do século XX. Do ponto de vista político, o país atravessava um período de notória convulsão e profunda crise de legitimidade de suas lideranças, provocando sucessivas mudanças dos governantes nos anos 1920, até a tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930.

A partir de 1930, o governo federal orientou suas ações para a criação de um sistema educativo controlado oficialmente e, em 1931, o governo de Vargas sancionou decretos visando a organização do ensino secundário e das universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos".

No caso de Mato Grosso, apesar desse ambiente modernizante e “progressista” o Ensino Normal não encontrou um espaço para se expandir. O governador Julio Strubling Müller promulgou o Decreto 112, de 29 de dezembro de 1937, incorporando novamente a Escola Normal ao Liceu. Ainda, fica evidente nos considerandos do mencionado decreto que o governo delegava essa formação ao setor particular.

Entretanto, no sul do estado a posição geográfica da cidade de Campo Grande<sup>3</sup> e a expansão da rede ferroviária e rodoviária, transformaram-na no centro das transações

---

<sup>3</sup> O município de Campo Grande foi criado pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899. Inicialmente estava constituído por grandes propriedades e dos latifúndios, quando estes foram desmembrados deu lugar à exploração da agricultura que até o primeiro quarto deste século era pouco desenvolvida. Em 1930 a região produzia café – principal cultivo –, mate, arroz, milho, feijão, mandioca, batatas, e a policultura. Porém, a principal atividade era agropecuária especialmente a cria do Zebu (REVISTA FOLHA DA SERRA, 1933).

comerciais da região que atraiu uma grande quantidade de imigrantes (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses e italianos), principalmente após a inauguração da estrada de ferro em 1914, além de comerciantes e fazendeiros nacionais, desencadeando um processo de modernização e demanda de formação de profissionais, para atuar na área educacional.

A origem da escola normal pode-se situar a partir da instalação do primeiro Grupo Escolar em Campo Grande em 13 de junho de 1922, após ter sido autorizado pela Resolução nº 866, de 03 de novembro de 1921. Este Grupo é o sétimo de uma lista de onze estabelecimentos criados em Mato Grosso no período de 1910-1927, a partir das reformas da instrução pública empreendidas na primeira gestão de Pedro Celestino Corrêa da Costa. Seu nome foi alterado para “Joaquim Murtinho”, por meio do Decreto nº 669, de 05.06.1924. (MATO GROSSO, 1978).

Junto ao referido Grupo Escolar, em 21 de abril de 1930, instalou-se a Escola Normal de Campo Grande, pelo presidente do estado, Dr. Aníbal Toledo (22/1/1930 a 30/10/1930), sendo a primeira instituição sul-mato-grossense dessa natureza e a segunda do estado, antecedida somente pela Escola Normal “Pedro Celestino” de Cuiabá.

No primeiro ano a escola funcionava de forma precária tanto no que se refere ao edifício, como ao mobiliário, conforme relato do Diretor Geral da Instrução Pública, em 1931:

Em péssimo estado de conservação se encontra o edifício da Escola Normal onde funcionam também a escola modelo e o curso anexo.

A impressão que se tem ao penetrar-se nelle é desoladora. Urge uma limpeza geral, assim como a reparação das vidraças das janelas que se acham todas quebradas.

Edifício acanhado, sem lotação suficiente para nelle funcionar um grupo escolar, pois somente seis salas de aula, sente-se, a direção do estabelecimento em sérios embaraços para nele fazer funcionar as duas outras escolas anexas.

No próximo anno, com a promoção dos alumnos do 1º anno para o 2º anno normal, não terá a Directoria, uma sala para colloar esses alumnos.

Funcionando já em dois turnos, para satisfazer constantes pedidos de matrícula no grupo (...) construam com urgência mais duas salas.

A lotação actual do edifício é para 240 alumnos e só na escola modelo a matrícula é de 541, com uma freqüência de 434 se juntarmos ainda 24, da Escola Normal e 17 do Curso Complementar (...) um total de 582 alumnos, freqüentando um edifício com lotação para 240 ou 480, com funcionamento em dois turnos (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1931).

---

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, em 11 de outubro de 1977 e a instalação do governo estadual de Mato Grosso do Sul, em primeiro de janeiro de 1979, o município localizado geograficamente na região central de Mato Grosso do Sul, tornou-se a capital do novo estado, com uma área de 8.096 Km², ocupando 2,26% da área total do estado. Sua população, segundo o censo demográfico (IBGE, 2000), atingiu um total de 663.621 habitantes e no contexto nacional é o 23º (vigésimo terceiro).

O Currículo dessa Escola estava constituído pelas seguintes matérias, conforme o Livro de Atas dos Exames Finaes da Escola Normal e Curso Anexo, 1931-1935:

- Primeiro ano: português, aritmética, francês, geografia, desenho; ginástica e trabalho.
- Segundo ano: português, francês, corografia, matemática, desenho; psicologia; ginástica e trabalho.
- Terceiro ano: português, pedagogia, física e química, história universal, história natural, higiene; desenho e ginástica.
- Quarto ano: didática e história da educação, história do Brasil, física e química, literatura, história natural e higiene, música.

Quando a escola foi inaugurada não havia professores campo-grandenses, sendo contratados docentes oriundos de Cuiabá e São Paulo. O professor Múcio Teixeira Junior, diretor da Escola Normal<sup>4</sup> afirma que,

Como diretor da escola Normal Anexa de 30 a 32 convivi com professoras cuiabanas que deixaram seu nome na história de nosso ensino. Maria Constança de Barros Machado, Elisa Silva, Elvira Pacheco, Simpliciana Correa, Ana Luisa Prado Bastos, Helvecina Reveilleau, Sofia Berenece. Essas professoras enfrentavam corajosamente um meio estranho, moravam em casas de amigos e dedicavam-se de corpo e alma ao ensino. Nunca faltavam às aulas, nem reclamavam das longas horas que passavam ao lado dos alunos. Quando casavam, repartiam com os alunos o amor dos filhos (*apud* SÀ ROSA,1990, p.49).

No que se refere ao corpo discente, a escola contava, em 1933, com 28 alunos, conforme dados oficiais publicados na Revista Folha da Serra (1933). Porém, concluíram o curso, em 1934, somente 11 alunas e, em 1938, 45 alunas, totalizando 56 formandas, com uma média de idade dentre dezenove anos e vinte anos, conforme o Livro de Registro de Diplomas da Escola Normal Joaquim Murtinho 1935 – 1951.

Os alunos eram submetidos a rigorosa disciplina, como se pode verificar na Portaria nº 2, do Diretor da Escola Normal, bacharel Lourival Azambuja, em que solicita aos senhores alunos a observância fiel dos artigos do Regulamento da Instrução Pública de estado, baixado pelo Decreto nº 271 de 18 de Maio de 1933, assim transcritos:

1. Os alunos deverão comparecer à Escola decentemente trajados, preceder sempre com urbanidade e prestar atenção aos atos escolares e obediência às recomendações e conselhos do Diretor, dos Professores e dos funcionários da Escola.
2. É obrigatório o uso de uniforme, não podendo nenhum aluno estar no edifício da Escola, sem que esteja devidamente uniformizado.

---

<sup>4</sup> No período de 1931 a 1976 foram diretores da Escola Normal: Múcio Teixeira Júnior (05.01.1931 a 1932), Elvira Pacheco (1932 a 10.03.1933), Luciana Prado de Albuquerque (11.03.1933 a 06.11.1933), Lourival de Oliveira Azambuja (07.11.1933 a 23.09.1934), Múcio Teixeira Júnior (24.09.1934 a 15. 03.1937), Carlos S. Martins Costa (16.03.1937 a 1937), Maria Constança de Barros Machado (1937 a 1945), Múcio Teixeira Junior (1948 a 26.02.1951), Maria Constança de Barros Machado (01.03.1951 a 07.02.1956), Ernesto Garcia de Araújo (08.02.1956 a 14.03.1960), Camilo Boni (15.03.1960 a 14.06.1960), Eduardo Machado Metello (16.06.1960 a 1961), Maria Constança de Barros Machado (1961 a 09.02.1966), Maria de Lourdes Teixeira (10.02.1966 a 28.02.1976), Vera Alba Congro Bastos (01.03.1976 a -) (MATO GROSSO, 1978, p. 39).

3. É defeso aos alunos trazer para o estabelecimento dinheiro ou objetos de valor, bem como usar jóias, atavios ou qualquer arrebitque que o distingua dos outros alunos.
4. São faltas disciplinares:
  - a) reuniões e palestras nos corredores;
  - b) ler durante as aulas ou ocupar-se em qualquer outro trabalho estranho às mesmas;
  - c) ter consigo, além dos livros e cadernos de aula, livros impressos, gravuras ou escrito de qualquer gênero que seja impróprio á sua instrução;
  - d) utilizar, dos livros, cadernos ou quaisquer objetos de colegas, sem consentimento destes;
  - e) provocar, conscientemente, por palavras, gestos ou atitudes a hilaridade de seus colegas;
  - f) levar para as aulas objetos com que se possa distrair ou que possa distrair a atenção de seus colegas;
  - g) erguer-se com ruído propositado e excessivo a entrada ou saída de professor ou de qualquer pêssoa;
  - h) retirar-se do estabelecimento, sem permissão do Diretor;
  - i) bocejar e espreguiçar-se ou dar outros sinais de enfado ou impaciência, estando em aula;
  - j) danificar de qualquer modo as paredes e móveis do edificio;
  - k) deixar de observar as determinações do Diretor relativas às ordens internas do estabelecimento;
  - l) ocupar-se durante às aulas de qualquer trabalho estranho às mesmas;
  - m) desacatar, moral ou fisicamente, ao Diretor, aos professores, aos inspetores e mesmo aos demais funcionários da Escola.

Esta Diretoria dá o praso de trinta dias de tolerancia, a contar desta data, para os senhores alunos apresentarem-se devidamente uniformizados.

Diretoria da Escola Normal e Modelo anexa de Campo Grande, 1 de Março de 1934 (LIVRO DE PORTARIAS DA ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO E MÔDELO ANEXA – 1934- 1945).

A efervescência política própria do momento histórico e a intervenção do poder central e estadual no âmbito da educação podem ser observadas, no depoimento professor Luís Alexandre de Oliveira, a seguir:

Em 1930, foi aberto concurso para professor de geografia na Escola Normal de Campo Grande. Eu era da oposição, pertencia ao partido de Júlio Prestes, e, por isso, recebi um recado do Governador da época, Leônidas de Matos, de que não adiantava me inscrever, nem prestar o concurso, porque, mesmo que passasse, não seria renomeado (*apud* SÁ ROSA,1990, p.32-33).

Outro fato a ser destacado refere-se à exoneração do cargo, em 1932, do diretor MúcioTeixeira Junior por tomar parte na revolução constitucionalista de São Paulo - Mato Grosso, além de ser um dos organizadores do Batalhão Visconde de Taunay, aquartelado por sua ordem no prédio da Escola Normal e Modelo Anexa. Em seu lugar, no mesmo ano assumiu o interventor Osvaldo Cruz, como professor e diretor da mesma escola (JORNAL ENFOQUE, 1986, p. 3).

A influência política causava instabilidade e insegurança nos professores quando um determinado partido vencia as eleições, ocorrendo remoções, demissões, afastamentos e perda de cargos, no caso de pertencerem a partidos diferentes.

Em 1940, a Escola Normal foi fechada como consequência da reforma que o governo de Julio Müller tentou implantar, permanecendo inativa por um período de sete anos. Sendo restabelecida oficialmente no Estado durante o governo interventor do advogado José Marcelo Moreira (1946 -1947), por força do Decreto-Lei nº 834, de 31 de janeiro de 1947:

A formação do professor primário cabia as Escolas Normais “Pedro Celestino”, desta Capital e “Joaquim Murinho”, de Campo Grande. Por força do Decreto n.º 112, de 29 de dezembro de 1937, esse serviço passou a ser feito no curso especializado para professores, do Liceu Cuiabano, e, em Campo Grande em igual curso anexo ao Liceu Campograndense (Decreto n. 229, de 27 de dezembro de 1938). Posteriormente esses cursos foram suprimidos, ficando o Estado desprovido de órgãos formadores de professores primários. Em 31 de janeiro de 1947 o Decreto – lei n.º 834, restabeleceu o ensino normal, criando as escolas “Pedro Celestino”, e “Joaquim Murinho”, nos moldes do Decreto-lei n.º 8.530 de 2 de janeiro de 1946 (Decreto Federal - Lei Orgânica do Ensino Normal). Esses cursos, no entanto, devido a situação financeira do Estado, não foram instalados no ano de 1947. Aquele Departamento tem em mira promover a instalação das duas Escolas Normais em 1948, as quais funcionarão em concordância com o artigo 9, da Lei Orgânica, acima citada, isto é, em curso intensivo de dois anos, do 2º ciclo. Esta resolução é determinada pela premência que o Estado possui, de preparar para o início de uma nova fase no sistema do ensino primário. Em Campo Grande funcionou a Escola Normal anexa ao Ginásio Maria Auxiliadora, sob orientação das Revmas. Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, e cuja outorga foi concedida pelo Govêrno do Estado, sob fiscalização oficial (MATO GROSSO, Mensagem..., 1948, p. 56).

Nesse mesmo governo foi elaborado o Regulamento das Escolas Normais do estado, promulgado pelo Decreto nº 287, de 26 de março de 1947.

Marcilio (1963) destaca, ainda, que a partir do governo de José Marcelo Moreira o Ensino Normal experimentou um processo de reabilitação e propagação. Nesse sentido, implantaram-se ações políticas concedendo ao setor privado esse ensino, delegando novamente a formação de professores, principalmente ao setor confessional.

Em 31 de dezembro de 1948, outro Regulamento do Ensino Normal é baixado pelo Decreto nº 590, durante o governo de Arnaldo de Figueiredo O mencionado Regulamento determinava que a Escola Normal deveria se organizar em dois ciclos: um constituído pelo curso normal regional, com quatro anos de duração, correspondente ao ginásial. E o segundo considerado como escola normal propriamente dita, de dois anos. Com respeito a este último ciclo fixava-se que a Escola Normal funcionaria conforme o art. 9º da Lei Orgânica do Ensino Normal.

Ainda no mesmo governo a Escola Normal foi novamente regulamentada em 30 de dezembro de 1949, atendendo às exigências da Lei Orgânica do Ensino Federal, regulamentando as escolas particulares.

O regulamento do Ensino Normal foi alterado, mais uma vez, no governo de Ponce de Arruda ((1956-1961) pelo Decreto nº 555, de 31 de outubro de 1958, passando o seu ensino a ser realizado em três séries.

Finalmente a integração do Grupo Escolar “Joaquim Murtinho” e da Escola Normal foi determinada em 1973, pelo Decreto Estadual nº 1517, de 18.06.197, implantando-se a Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Joaquim Murtinho”. Em 1974, começou a funcionar nessa escola, as quatro últimas séries do ensino de 1º grau. No entanto, somente em 1976, um único diretor passou a responder pelos cursos compreendidos nessa instituição (MATO GROSSO, 1978, p. 6-8).

Como se pode observar, a implantação da Escola Normal no estado de Mato Grosso e, de modo específico, no sul do estado, aconteceu num clima de efervescência política que, de certa forma, acabou condicionando a sua instabilidade institucional, com interrupções sucessivas, provocadas pelas mudanças econômicas e pelas lutas políticas e ideológicas do período. Isso se evidencia nos vários instrumentos legais que regulamentaram a sua instalação, sua organização administrativa e curricular, assim como seu funcionamento.

#### **Referências:**

ALVES, Gilberto Luís. **Nacional e regional na história da educação brasileira:** uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses. In: Educação no Brasil. Campinas: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001. p.162-188.

ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf. **O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso:** ordem e controle? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República:** 1891 a 1927. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

JORNAL ENFOQUE Joaquim Murtinho. Campo Grande, ano I, n. 1, jun. 1986.

LIVRO de Atas da Congregação da Escola Normal Joaquim Murtinho e Anexo – 1931-1971. Campo Grande: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO de Atas dos Exames Finaes da Escola Normal e Curso Anexo, 1931-1935. Campo Grande: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO de Matrículas da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1935-1951. Campo Grande: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO de Portarias da Escola Normal Joaquim Murtinho e Modelo Anexa – 1934- 1945. Campo Grande: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO de Registro de Diplomas da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1935- 1951. Campo Grande: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

MARCILIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MATO GROSSO. Rolo nº 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. **Mensagem do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão** em 13 de maio de 1910.

MATO GROSSO. Rolo nº 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. **Relatório apresentado ao Exmº Snr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo professor Franklin Cassiano da Silva**. Diretor Geral da Instrução Pública. Cuiabá 29 de agosto de 1931.

MATO GROSSO. Rolo nº 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. **Mensagem apresentada pelo governador do Estado de Mato Grosso – Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo** – à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária de sua 1ª Legislatura. Cuiabá, 13 de junho de 1948.

MATO GROSSO. Governo do Estado. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Educação. Projeto Levantamento e Arrolamento de Fontes. **Catálogo n. 1, Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murtinho**. Cuiabá, 1978.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso - 1870-1989**. Cuiabá: INEP/COMPED/Ed.UFMT, 2000.